

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PSICOLOGIA AMBIENTAL: UMA DIALÉTICA NECESSÁRIA

GUISSO, Sandra Maria

sguisso@gmail.com

MENANDRO, Paulo Rogério Meira

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: o presente artigo buscou promover a dialética entre duas áreas de saberes afins: a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental. A Psicologia Ambiental objetiva compreender o lugar do homem no ambiente e a educação ambiental promove saberes que podem mudar comportamentos nocivos a coletividade, promovendo o resgate de valores sociais importantes para a vida em sociedade. Por fim procurou-se estabelecer uma relação entre Psicologia Ambiental e Educação Ambiental afim de compreender as relações do homem com o ambiente.

Palavras chave: Psicologia Ambiental; Educação Ambiental; Dialética.

Para discorrer sobre educação ambiental e psicologia ambiental, e posicionar os seus lugares nos debates a respeito dos problemas e soluções ambientais, é necessário definir os termos Educação Ambiental e Psicologia Ambiental.

A Psicologia Ambiental estuda o homem em seu contexto físico e social. Busca suas inter-relações com o ambiente atribuindo importância às percepções, atitudes, avaliações ou representações ambientais, ao mesmo tempo considerando os comportamentos associados a elas. [...] (PINHEIRO; GÜNTHER; GUZZO, 2006, p. 7).

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (ART. 1º LEI 9.795/99).

Contextualizando os lugares da Psicologia Ambiental e da Educação Ambiental, entende-se que as discussões acerca dos problemas ambientais que leva a uma noção aproximada de quais são esses problemas e quais as dimensões que eles atingem atualmente, remete-nos as relações estabelecidas pelo ser humano entre os iguais e com o meio. Essa compreensão passa, necessariamente, por uma contextualização que abrange a economia, a política e a cultura.

Historicamente o homem se compreende como o ser dominante sobre as demais espécies e a natureza de forma geral, essa concepção de si impulsionou ações predatórias em relação ao meio ambiente. Sabe-se que sempre houve a necessidade legítima da busca pela qualidade de vida, que necessariamente passa por mudanças estruturais significativas que caracterizam as necessidades básicas do ser humano como, alimentação, transporte, saúde, educação. O que percebe-se, é que o crescimento desejado aconteceu mas ocorreu de forma

precária, pois não se sustentou, haja vista os problemas atuais que vivenciamos diariamente.

Anteriormente as nossas preocupações básicas eram com alimentação, transporte, saúde e educação, atualmente acrescentamos em todas as pautas o meio ambiente, pois entendemos que há a necessidade de um desenvolvimento de forma sustentável, para que seja sadio e duradouro. É conhecido que a busca por qualidade de vida está associada à economia local e mundial. Quando nos referimos a problemas ambientais não podemos nos deter somente ao local em que residimos, pois as ações exercidas do outro lado do mundo nos afetam, já que habitamos um só lugar, o planeta Terra.

O mundo encontrou na industrialização uma forma de crescimento rápido da economia, visando aumentar a qualidade de vida, por outro lado, não levou em consideração os problemas ambientais que um processo de industrialização pode gerar. Nesse sentido, Gadoti faz uma explanação: “[...] pela primeira vez na história da humanidade, não por efeito de armas nucleares, mas pelo descontrole da produção industrial, pode-se destruir toda a vida do planeta. Mais do que a solidariedade, estamos vendo crescer a competitividade” [...] (GADOTI, 2000, p. 03).

Nos últimos vinte anos houve esforços para alertar os países industrializados para conter ou buscar tecnologias que mitiguem os problemas ambientais causados por suas produções. Dentre os eventos que podemos citar é a Conferência RIO 92, quando as questões ecológicas apareceram mais claramente para a humanidade, por ser uma questão de sobrevivência do planeta. Em 1997 foi assinado o Protocolo de Kyoto, o qual prevê reduções de gases que provocam o efeito estufa. Em 2012 dois eventos tiveram como pauta principal os problemas e ou soluções ambientais, a saber: o Fórum Global e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a RIO + 20. Isto posto, sabe-se que é necessário produzir, por outro lado, existe tecnologias que podem minimizar os efeitos prejudiciais ao meio ambiente e a saúde das pessoas.

O último fator que precisa ser compreendido na relação homem/natureza é a cultura. Em relação a cultura Fischer (1994, p. 55), a descreve como “[...] um conjunto de regras interiorizadas, de saberes e práticas partilhadas pelos membros do grupo e que definem uma maneira de viver numa sociedade”. Nesse sentido, a cultura de uma sociedade estabelece saberes e fazeres que podem ou não ser prejudiciais ao meio ambiente. É conveniente ressaltar que a cultura é muito importante para a identidade de uma sociedade, e que deve ser preservada e cultivada, o que está em questão não é a abdicação da cultura e sim a democratização da informação que permite ao indivíduo o direito de escolha de agir de uma determinada forma.

PSICOLOGIA AMBIENTAL

As preocupações com os problemas ambientais atribuíram uma dimensão robusta ao ambiente. Atualmente diferentes áreas vem se dedicando ao estudo dos efeitos da relação homem/ambiente, antes exclusiva das ciências biológicas e naturais. Essa apropriação do ambiente é muito positiva, já que co-responsabiliza todos pelos problemas e soluções ambientais. Dentre as áreas que atualmente se dedicam a compreensão do ambiente, está a Psicologia Ambiental. Os relatos indicam o século XIX como sendo o início dos estudos em Psicologia Ambiental nos Estados Unidos. Apesar de existirem trabalhos datados de muito antes na Europa e na Ásia, principalmente no Japão.

A Psicologia Ambiental há muito vem sendo estudada, ou seja, ela tem uma longa trajetória, o que falta é a sistematização dos dados, dos grupos de estudo e mapeamento das áreas que atuam em psicologia ambiental atualmente. Sabe-se que diversas áreas investigam as questões ambientais sob a ótica da psicologia ambiental, tais como: Arquitetura, Biologia, Planejamento Urbano, Geografia, Comunicação, Psicologia e outras. Ao mesmo tempo, que é positivo ter vários saberes pensando as questões ambientais, dificulta a sistematização dessas pesquisas, pois nem todos os trabalhos são identificados pelo título de Psicologia Ambiental, o que provavelmente leva a negligenciar pesquisas na área.

Um estudo realizado por Pinheiro (2005), apoiado na base de dados da CAPES e do CNPq sobre grupos de pesquisas e pesquisadores que trabalham com Psicologia Ambiental demonstrou que a pesquisa em Psicologia Ambiental no Brasil ainda está muito recente, poucas pessoas defenderam teses e dissertações de mestrado na área, o que resulta em pouca produção acadêmica sobre o tema. Outro fator destacado na pesquisa é a importância de diferentes áreas conversarem entre si para aumentar a quantidade e a qualidade das produções. Quando levantado dados sobre as áreas que mais se intitulam trabalharem com psicologia ambiental, os resultados encontrados foram: Psicologia e Arquitetura e Urbanismo, respectivamente.

Com base na pesquisa realizada por Pinheiro é necessário haver uma reflexão sobre a área, principalmente sobre a oferta da disciplina de psicologia ambiental nos cursos de graduação afins. Deve-se considerar um ementário contextualizado com as questões ambientais atuais e com as possibilidades que o mercado de trabalho oferece. O cuidado com a contextualização precisa ser tomado para não incorrer em um reducionismo da disciplina. A contextualização deve contemplar três questões abordadas por Corral-Verdugo (2005), a saber: o objeto da psicologia ambiental, o ambiente físico e sócio cultural que o homem está inserido e realidades diferentes podem levar a abordagens diferentes em psicologia ambiental.

O ambiente é o fator desencadeante de comportamentos, que podem ser os mais variados para o mesmo ambiente, o que vai determinar como e quanto esse ambiente influencia são as condições, sociais, econômicas, políticas, de poder, culturais. Portanto, existe um ciclo de influências que são mediadas por outras questões e que vão gerar comportamentos e ambientes diferenciados, dependendo das necessidades.

Por fim, a relação homem/ambiente impulsionou os estudos em Psicologia Ambiental, os quais buscam compreender as relações entre os espaços naturais e construídos e as pessoas que os habitam.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental foi permeada por uma série de eventos desde 1960 na Europa e Estados Unidos a fim de se discutir as ações do homem sobre o ambiente e para presumir medidas mitigativas a médio e longo prazo. Apesar dos esforços empenhados nesses eventos, o conceito de Educação Ambiental demorou a ser naturalizado e interiorizado, ou seja, as pessoas não entendiam essa necessidade, já que outras estavam mais latentes, como o crescimento econômico do Brasil. Exemplo disso é a política brasileira adotada em 1972, mesmo ano da Conferência de Estocolmo, a qual preconizava que o Brasil estava aberto aos investimentos estrangeiros a qualquer custo, inclusive os ambientais, em prol do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Essa política de aumento do capital econômico do país nos deixou de herança uma série de problemas ambientais que afetaram e afetam os comportamentos e a vida das pessoas.

Por outro lado, como exigir dos cidadãos comuns critérios ambientais se os governantes não preconizam essas idéias. As pessoas normalmente começam a se preocupar com aquilo que as incomoda, que está mais ao alcance de seus olhos, como por exemplo, o lixo. Não que esse seja o único ou o maior problema ambiental que temos, a questão é que ele é fruto do modelo de sociedade consumista que adotamos e tem relação direta com outros problemas ambientais que afetam a vida das pessoas, como poluição sonora, do ar, de rios e está ligado à aglomeração nas cidades.

De acordo com Dias (2006), apesar de ocuparem apenas 2% da superfície da Terra, as cidades consomem 75% dos recursos naturais globais e produzem 80% da poluição. Para a manutenção dos processos urbanos, sacrificam-se os recursos naturais, causando a desestruturação dos entornos ecológicos, o dessecamento dos lençóis freáticos, a sucção dos

recursos hídricos, a saturação do ar e a acumulação do lixo. Segundo a lógica da sociedade moderna, todo este processo se justifica, pois é o preço necessário a pagar para desfrutar dos benefícios do progresso (LEFF, 2001).

É importante ressaltar que essa tendência à aglomeração nas cidades não tem volta, hoje existe uma busca por emprego e qualidade de vida que passa pelas “facilidades” e oportunidades oferecidas nas cidades. Sabemos que não podemos considerar qualidade de vida, o que as cidades oferecem atualmente, pois os serviços essenciais que a população do campo almejou e que impulsionou a demanda do campo para a cidade foi, de certa forma, uma ilusão, já que os serviços como transporte, saúde, moradia e educação são precários. Em razão do inchamento das cidades ser inevitável, é importante criar estratégias mitigadoras dos problemas das grandes cidades, que são em sua maioria, ambientais. Para Jacobi (2003), é necessário desenvolver uma educação ambiental que envolva o coletivo através da solidariedade.

Vale ressaltar que até os anos 70 considerava-se o crescimento populacional como o grande vilão responsável pelo aumento de resíduos, mas a partir dos anos 90, a concepção se alterou e passou a haver entendimento de que as práticas de consumo têm papel fundamental no aumento de resíduos (PORTILHO, 2005, apud SANTOS, 2008).

O direito a um ambiente saudável e à adequada qualidade de vida em todos os níveis faz parte dos direitos universais dos cidadãos. Por outro lado é conhecido que as pessoas muitas vezes não associam aos direitos humanos às questões ambientais. Sabe-se hoje que as discussões acerca dos problemas ambientais englobam as desigualdades e a exclusão de cidadãos e de seus direitos sociais. Nesse sentido, as ações sobre os problemas ambientais precisam ser concentradas nas comunidades, partindo do local para o global. Dessa forma é possível atingir as pessoas e transmitir noções de sustentabilidade sócio ambiental, priorizando a compreensão da dualidade entre ‘quem tem’ e ‘quem não tem’.

A ação do homem sobre a natureza é necessária para a promoção de qualidade de vida, busca de novos recursos e manutenção das conquistas econômicas, mas a maneira como aconteceu e continua acontecendo é que constitui problema, pois o ser humano se vê de fora do ecossistema, como se tivesse assistindo a um filme de conquistas de territórios e riquezas e de degradação “necessária” para justificar essas conquistas.

De acordo com Leff (2001), é importante ressaltar que a problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem alheia a interesses econômicos e sociais, daí a grande dificuldade da sociedade atual em gerenciar os problemas ambientais que ameaçam o planeta.

A preocupação com a degradação ambiental foi motivo de importantes eventos com o objetivo de discutir a problemática. Um dos que podem ser destacados é o Relatório Brundtlandt

(1987), que produziu o documento intitulado *Nosso Futuro Comum*, no qual o desenvolvimento sustentável foi o ponto principal da discussão. Outro evento importante foi a Conferência Rio 92 que produziu o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que estabeleceu a relação entre as políticas públicas de educação ambiental e sustentabilidade (DIAS, 2001). Outros eventos dedicados a discutir a construção de uma sociedade baseada na sustentabilidade foi a Rio + 20 e o Fórum Mundial. Ressalta-se que em todos os eventos foram consideradas as necessárias relações que envolvem a economia, a tecnologia, a política e a sociedade, pois se entende que somente compreendendo essas relações é que se pode propor novas posturas frente a antigos problemas, levando em conta tanto os aspectos econômicos como os ecológicos.

Ulrich Beck (1992) utiliza a expressão 'sociedade de risco' para definir essa sociedade formada a partir da globalização e dos avanços tecnológicos, que apesar de refletirem a modernização da sociedade também são promotores da exclusão social, através de subempregos, consumo exagerado, individualismo e, conseqüentemente, degradação ambiental.

Somos uma sociedade que vive sob a ameaça de catástrofes que são anunciadas pelo estilo de vida que adotamos. Jacobi (2003) ressalta que precisamos levar em consideração que estamos inseridos em uma sociedade com todas as implicações que o termo atribui, e, por outro lado, estamos pensando em desenvolvimento sustentável. Se concebemos a idéia de que o estilo de vida adotado não condiz com a noção de desenvolvimento sustentável precisamos nos adequar com o cenário de que muitos dos recursos do planeta são finitos, transformando ações predatórias em solidárias.

Em razão disso, precisamos desenvolver estratégias visando uma sociedade sustentável. A Educação Ambiental é uma ferramenta eficaz e eficiente, mas para que realmente aconteça é necessário que a sociedade passe pelo processo inicial da informação, e que atenda a todos os extratos da população. Sabemos também que o poder público e a iniciativa privada tem o dever de informar a população e que devem fazê-lo buscando contemplar os principais problemas ambientais.

Jacobi (2003) defende a idéia de que o poder público precisa investir na formação e ou transformação curricular para municiar a população escolar de uma informação mais direcionada aos problemas ambientais e que possibilite a formação de sujeitos críticos capazes de participar de discussões ambientais em um nível mais elevado.

Dessa forma, entende-se que para promover o desenvolvimento sustentável, tão necessário para a promoção da qualidade de vida da sociedade, é necessário investir em ações desencadeadoras de reflexão, que nos permitam repensar, refazer, reciclar nossas ações.

O sistema de sociedade em que vivemos hoje está organizado em forma de classes sociais, do que resulta o fato de algumas pessoas serem mais privilegiadas que outras. Além disso, essa sociedade instiga o consumo excessivo ocasionando aumento na produção de resíduos. Em resumo, o modelo de sociedade em que vivemos favorece o agravamento de dois problemas: a exclusão social e os danos ambientais.

Para que as políticas ambientais sejam realmente eficazes é preciso enfoques integradores e democráticos. A educação ambiental tem a incumbência de desenvolver o senso crítico nos sujeitos, ao despertar a consciência política em prol da transformação ambiental. É preciso desenvolver práticas educativas, formais e informais, que se proponham articular, ao mesmo tempo, a degradação ambiental e os problemas sociais. Como nas palavras de Jacobi:

A sustentabilidade como novo critério básico e integrador precisa estimular permanentemente as responsabilidades éticas, na medida em que a ênfase nos aspectos extra-econômicos serve para considerar os aspectos relacionados com a equidade, a justiça social e a própria ética dos seres vivos (JACOBI, 2003, p. 08).

Já existe no Brasil uma vasta legislação ambiental abrangendo os mais diferentes aspectos. O que é necessário é que essa legislação seja aplicada, com o que muitos problemas ambientais poderiam ser evitados ou amenizados, assegurando a saúde ambiental da população.

Nesse sentido, a educação ambiental é essencial para que as pessoas desenvolvam compreensão sobre a importância de suas ações para o planeta. Para Carvalho (2004), a educação ambiental deve promover o diálogo entre os problemas ambientais e as possíveis medidas mitigadoras, propiciando a formação do que pode ser chamado de sujeito ecológico, aquele que compreende que todos são responsáveis pelo ambiente. Capra (2006) defende que o termo ecologia seja aplicado de forma mais abrangente e popular, fazendo com que as pessoas o identifiquem com clareza nas suas práticas diárias.

As informações acerca das questões ambientais, normalmente, são veiculadas segundo padrões científicos e destinam-se a um público que já as conhece em grande parte. É importante se pensar em opções de divulgação que abordem as questões ambientais de forma a atingir todas as pessoas e fazer com que desenvolvam uma visão crítica sobre o tema. Nesse contexto, Carvalho (2001) argumenta que a educação ambiental popular é aquela que compreende o processo educativo como um ato político e, portanto, de prática social de formação de cidadania, e que mais do que mediar os conflitos entre os homens e a natureza ela busca entender as transformações das relações dos diferentes grupos humanos com a natureza.

Para criar condições que propiciem às pessoas desenvolverem reflexões amadurecidas a respeito da natureza é preciso levá-las à compreensão de que devem se perceber como fazendo

parte do que Capra (2006) chama de ecologia profunda, na qual homens e natureza são concebidos como uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados e interdependentes.

Hoje a dimensão ambiental envolve uma série de atores que são responsáveis por diferentes níveis educativos, e esse diálogo entre os saberes é que poderá possibilitar o estabelecimento de novas formas de relação entre os grupos humanos e a natureza. Nesse contexto ressalta Jacobi (2003):

[...] a produção de conhecimento deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo, o papel dos diversos atores envolvidos e as formas de organização social que aumentam o poder das ações alternativas de um novo desenvolvimento, numa perspectiva que priorize novo perfil de desenvolvimento com ênfase na sustentabilidade sócio ambiental (p. 190).

A falta de iniciativa da sociedade frente às práticas que envolvem os problemas ambientais se deu muito em razão da falta de informação das pessoas a respeito dessa questão. Hoje as informações acerca dos problemas ambientais são vinculadas nos diversos meios de comunicação alertando as pessoas sobre a necessidade da preservação ambiental e do quanto o ambiente é importante para a qualidade de vida das mesmas. A partir de então vemos o surgimento de novos atores sociais, com consciência ética a respeito de suas ações.

É importante ressaltar que a sociedade informada adquire o poder de participar dos processos decisórios em relação às necessidades dessa mesma sociedade, aí incluídas as questões ambientais. A participação da sociedade implica fortalecer sua co-responsabilidade na fiscalização e no controle das práticas de degradação ambiental. Essa sociedade participativa abre a possibilidade de uma atuação plural no sentido de defesa dos direitos dos indivíduos e também se faz promotora da inclusão social através do respeito ao ambiente comum das pessoas, abordando, por meio da educação ambiental, problemas que acompanham o ambiente de trabalho, como segurança, ética, valorização e compreensão dos direitos humanos. Nesse sentido de acordo com Jacobi (2003), a problemática ambiental proporciona a reflexão sobre uma série de questões que nos afetam no dia-a-dia.

Quando assumimos a postura de que a natureza tem características próprias para cada sociedade que se relaciona com ela é respeitar a dinâmica da natureza e com isso a sua manutenção e importância para o ser humano. Para Moscovici (2007) a dinâmica da natureza é perfeitamente compreensível e legítima, e é possível dizer que:

A [natureza] não é sacra como alguns postulam, e sim que deve ser tratada por ela mesma, em seus valores e sua influência em nossa cultura, manifestando-se através de representações sociais, as quais delimitam o lugar de cada espécie em sua especificidade e determinam os 'modos de se viver'. Só assim será permitido manter uma harmonia com o ambiente, controlando excessos e precavendo-se de colapsos, hoje em dia previstos para um futuro próximo (p. 7-8).

A DIALÉTICA ENTRE PSICOLOGIA AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

As duas disciplinas e ou áreas se completam em sua essência, já que o objeto e o objetivo é o homem e o seu bem estar. Todo o processo de envolvimento e desenvolvimento das duas disciplinas passa pela Educação. A Psicologia Ambiental como a Educação Ambiental são formas de educação antes de serem delimitadas a um saber específico. Para Encarnação (2007), a educação é um processo histórico porque propicia ao homem se reinventar para o novo permitindo sua adequação no ambiente.

A educação contemporânea considera que o conhecimento pode ser construído em diferentes espaços, e que as experiências prévias são os principais agentes impulsionadores da busca do conhecimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências (PCNs) de 1997 preconizam que a educação é construída a partir do que já existe.

Nesse contexto, a Educação Ambiental parte da premissa de que todos são munidos de conhecimentos e que é possível propiciar o desenvolvimento da criticidade sobre esses conhecimentos. Levar o indivíduo a questionar suas concepções e a do outro no sentido de aprimorá-las, torná-las mais democráticas e plurais, resguardando sua singularidade que garante a manutenção da identidade.

Essa construção de um projeto de sociedade sustentável acontece em um momento em que a sociedade está sob o efeito de um ritmo frenético, que podemos definir como *fast make*, em que tudo é feito de forma mecânica e impensada. Essa contradição pode ser positiva permitindo comparar práticas pouco planejadas com resultados efêmeros. A proposta de sociedade sustentável é permanente e efetiva, na qual os resultados provavelmente serão sentidos em outras gerações, mas serão consistentes.

A Psicologia Ambiental tem um papel importante nesse processo de transformação da sociedade, pois é necessário considerar o lugar do homem nesse contexto. Entender como esse sujeito assimila, se apropria dessa nova proposta. Sendo assim, é importante pensar a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental de forma conjunta, considerando que todos são capacitados, pois vivemos em sociedade. Dessa forma a abordagem ambiental precisa levar em conta que o indivíduo pode escolher que informação ou conhecimento ele quer se apropriar;

essa precisa ser a base da Educação, a liberdade de escolha de cada um.

Nesse sentido, a Psicologia Ambiental e a Educação Ambiental se apresentam como formas de educação, consideram o homem inserido no meio, não como ser central e sim sistêmico, e por fim, consideram os problemas ambientais além de ecológicos e sim sociais, políticos, econômicos e culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Santa Maria de Jetibá, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 24 jun. 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BECK, U. **Risk society**. London: Sage Publications, 1992.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova concepção científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CORRAL-VERDUGO, Victor. Psicologia ambiental: "Realidades" sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. **Psicologia USP**, 2005, 16 (1-2), 71-87.

CARVALHO, I.C.M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, abr./jun. 2001.

CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/2003.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2001.

DIAS, G.F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 2006.

ENCARNAÇÃO, Fátima Luvielmo. Educação ambiental: implicações epistemológicas de suas origens, fundamentos, características e seus rumos na atualidade sócio-educacional. **Revista Espaço Acadêmico**, n 71, Abril-2007, ano VI. Disponível em: [HTTP: WWW.espaçoacadêmico.com.br/\[071\]71_encarnacao.htm](http://WWW.espaçoacadêmico.com.br/[071]71_encarnacao.htm). Acesso em 24 jun. 2012.

FISCHER, Gustave Nicolas. **Psicologia social do ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, 216 p.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, 14(2), 2000, p. 3-11.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, março/2003.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia**. Rio de Janeiro: Mauad: Instituto Gaia, 2007.

PINHEIRO, José Queiroz. O lugar e o papel da psicologia ambiental no estudo das questões humano-ambientais segundo grupos de pesquisa brasileiros. **Psicologia USP**, 16 (1-2), 103-113, 2005.

PINHEIRO, José; GUNTHER, Harmut; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia ambiental: área emergente ou referencial para um futuro sustentável? In: GUNTHER, Harmut; PINHEIRO, José Q.; GUZZO, Raquel Souza Lobo (orgs.). **Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com o seu ambiente**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

SANTOS, D.M.J. Interfaces entre práticas de coleta seletiva do lixo e conceitos lefebvrianos: um estudo sobre a Pituba, Salvador-BA. **GeoTextos**, v.4, n.1 e 2, p. 121-142, 2008.